

AGUARDE A ORDEM DO FISCAL PARA ABRIR ESTE CADERNO DE QUESTÕES.

CONCURSO PÚBLICO
Período da Tarde

CONTADOR

Nome:

Assinatura:

Data:

▲ ATENÇÃO!

Leia atentamente as instruções constantes na capa do seu caderno de questões.

- ✓ Este **Caderno de Questões** contém 40 questões de múltipla escolha com apenas uma resposta correta.
- ✓ Quando for permitido abrir o caderno, verifique se está completo ou se apresenta imperfeições. Caso haja algum problema, informe ao fiscal da sala imediatamente. Não serão aceitas reclamações posteriores.
- ✓ Leia atentamente a questão no caderno, escolha a alternativa que julgar correta e transcreva para o **Cartão de Respostas**.
- ✓ Ao receber o **Cartão de Respostas** você deve:
 - a) conferir seu nome e assinar no espaço reservado com caneta esferográfica azul ou preta;
 - b) ler atentamente as instruções para a marcação das respostas das questões objetivas;
- ✓ Durante a aplicação da prova não será permitido:
 - a) qualquer tipo de comunicação entre os candidatos;
 - b) levantar da cadeira sem a devida autorização do fiscal da sala;
 - c) portar qualquer tipo de aparelhos eletrônicos, bem como qualquer tipo de chapelaria;
- ✓ Não será permitida a troca da folha de resposta por erro do candidato.
- ✓ Para fins de avaliação, serão consideradas apenas as marcações realizadas na folha de resposta;
- ✓ Não será permitida qualquer espécie de consulta.
- ✓ As provas objetivas terão duração de 03h00min, incluídos nesse tempo o preenchimento do **Cartão de Respostas**.
- ✓ O tempo mínimo de permanência na sala é de 30 (trinta) minutos.
- ✓ Deverão permanecer na sala os 2 últimos candidatos, até que o último deles entregue sua prova para assinarem o lacre de fechamento.
- ✓ Ao terminar a sua prova, é de sua responsabilidade entregar ao fiscal o **Cartão de Respostas**, podendo levar consigo o **Caderno de Questões** a partir dos últimos 30 (trinta) minutos do tempo destinado à realização do Exame. Não esqueça seus pertences.
- ✓ Faça a sua prova em silêncio, para que todos façam também.
- ✓ **Os sanitários poderão ser utilizados somente durante o período de realização de sua prova.**
- ✓ Até que você saia do prédio, todas as proibições e orientações continuam válidas.

LÍNGUA PORTUGUESA

01. Conforme o Novo Acordo Ortográfico, apenas uma palavra abaixo deixa de receber o acento gráfico. Indique tal palavra:

- a.() Íris
- b.() Fósseis
- c.() Ímpares
- d.() Paranóico

02. “O país vive **sob** uma tensão política”. O sentido estabelecido pela preposição na oração é de:

- a.() Lugar
- b.() Modo
- c.() Assunto
- d.() Tempo

03. A oração em destaque: “Eu sinto **que se pode mudar de opinião**”, classifica-se como:

- a.() Oração subordinada substantiva objetiva direta
- b.() Oração subordinada substantiva objetiva indireta
- c.() Oração subordinada substantiva completiva nominal
- d.() Oração subordinada substantiva subjetiva

04. A conjunção em destaque na oração: “Você sabe **se** obteve boa nota na prova?”, deve ser classificada como uma:

- a.() Conjunção subordinativa causal
- b.() Conjunção subordinativa conformativa
- c.() Conjunção subordinativa integrante
- d.() Conjunção subordinativa concessiva

05. A oração em destaque: “Estou certo **de que serei aprovado**”, classifica-se como uma:

- a.() Oração subordinada substantiva objetiva direta
- b.() Oração subordinada substantiva completiva nominal
- c.() Oração subordinada substantiva subjetiva
- d.() Oração subordinada substantiva objetiva indireta

06. “**Nesta** luta diária sempre há uma vitória”. O pronome, em destaque, classifica-se como um:

- a.() Pronome substantivo demonstrativo
- b.() Pronome substantivo indefinido
- c.() Pronome adjetivo demonstrativo
- d.() Pronome adjetivo indefinido

07. Observando a colocação do pronome oblíquo átono nos períodos:

- I. Pouco **se** faz pela Educação neste país. = Próclise
- II. Encontrem-**se** solução para esse problema. = Ênclise

Conclui-se que:

- a.() A definição de colocação está correta nos itens I e II.
- b.() A definição de colocação está incorreta nos itens I e II.
- c.() A definição de colocação está correta apenas no item I.
- d.() A definição de colocação está correta apenas no item II.

08. Sobre a transitividade na regência dos verbos nas orações:

I. Eu vivo **querendo** um carro zero quilômetro. = Verbo transitivo direto

II. **Quero** muito aos meus amigos fiéis. = Verbo transitivo indireto

Pode-se afirmar que:

- a.() A transitividade do verbo está correta apenas no item I.
- b.() A transitividade do verbo está correta apenas no item II.
- c.() A transitividade do verbo está incorreta nos itens I e II.
- d.() A transitividade do verbo está correta nos itens I e II.

09. Observando a regência nominal dos substantivos nos itens:

I. Tenho imensa **devoção** para com Santo Antônio.

II. Tenho **horror** a pessoas preconceituosas.

Pode-se afirmar que:

- a.() A regência nominal está incorreta nos itens I e II.
- b.() A regência nominal está correta nos itens I e II.
- c.() A regência nominal está correta apenas no item I.
- d.() A regência nominal está correta apenas no item II.

10. “Surgiu uma nova droga no tráfico ilegal”. O sujeito da oração deve ser classificado como um:

- a.() Sujeito inexistente
- b.() Sujeito composto
- c.() Sujeito simples
- d.() Sujeito indeterminado

MATEMÁTICA

11. Uma empresa contrata prestadores de serviço com diferentes valores horários. Se o total gasto com 5 prestadores durante 8 horas foi de R\$4.800,00 e o custo de cada prestador é proporcional às suas horas trabalhadas, determine o valor cobrado por hora de um prestador que

trabalhou 10 horas, sabendo que os demais mantiveram o mesmo custo-hora.

- a.() R\$130,00.
- b.() R\$120,00.
- c.() R\$100,00.
- d.() R\$90,00.

12. Para um evento cultural, a área total de um salão é de 300 m^2 . O projeto de decoração alocou $\frac{3}{5}$ da área total para o espaço de exposições de arte. Desse espaço, $\frac{2}{3}$ foram destinados à exposição de esculturas, e o restante, a quadros. A área reservada aos quadros, em metros quadrados, corresponde a:

- a.() 120 m^2 .
- b.() 100 m^2 .
- c.() 80 m^2 .
- d.() 60 m^2 .

13. Um arquiteto projeta um jardim retangular cuja área total será de 144 m^2 . Por uma necessidade de paisagismo, a largura do jardim deve ter um valor numérico equivalente à metade do comprimento, ambos em metros. As dimensões do jardim devem ser ajustadas, mantendo a proporcionalidade, de forma que o novo comprimento e a nova largura somem 36 metros. A nova área do jardim será de:

- a.() 240 m^2 .
- b.() 288 m^2 .
- c.() 320 m^2 .
- d.() 360 m^2 .

14. Uma empresa de transporte de cargas cobra de seus clientes um valor fixo de R\$150,00 por entrega, acrescido de R\$0,50 por quilograma transportado. Uma nova política de preços estabelece que, para cargas entre 100 kg e 500 kg, o valor total da entrega será sempre o mesmo. O valor cobrado por uma carga de 350 kg, sob esta nova política, é de:

- a.() R\$400,00.
- b.() R\$325,00.
- c.() R\$200,00.
- d.() R\$150,00.

15. Uma construtora estabeleceu que o tempo de execução de um projeto é inversamente proporcional ao número de operários contratados, e o consumo de cimento é diretamente proporcional à área da fundação. Em uma obra inicial, uma equipe de 8 operários levou 15 dias para construir uma fundação de 120 m^2 , utilizando 60 sacos de cimento. Para um novo projeto, a empresa precisa construir uma fundação de 150 m^2 com a mesma urgência, com o prazo de 10 dias. A soma do número de operários necessários para o novo projeto e a quantidade de sacos de cimento que serão utilizados corresponde a:

- a.() 75.
- b.() 92.

- c.() 102.
- d.() 87.

16. Um engenheiro de construção civil precisa calcular o perímetro de um canteiro de obras triangular. Os lados do canteiro, em metros, são dados pelas expressões $\sqrt{200}$, $\sqrt{50}$ e $\sqrt{98}$. O perímetro total do canteiro de obras, em metros, corresponde a:

- a.() $22\sqrt{2} \text{ m}$.
- b.() $20\sqrt{2} \text{ m}$.
- c.() $18\sqrt{2} \text{ m}$.
- d.() $16\sqrt{2} \text{ m}$.

17. Um grupo de amigos organizou uma vaquinha para comprar um presente no valor total de R\$420,00. No dia da compra, quatro amigos desistiram de participar, o que fez com que o valor da contribuição de cada um dos amigos restantes aumentasse em R\$35,00. O número original de amigos no grupo era de:

- a.() 12.
- b.() 10.
- c.() 8.
- d.() 4.

18. Uma equipe de 40 operários, trabalhando com a mesma capacidade, leva 15 dias para construir uma casa. Para otimizar o tempo e entregar a obra em um prazo menor, uma nova equipe foi contratada e o número total de operários foi aumentado em 50%. A quantidade de dias que a nova equipe levará para concluir a mesma obra é de:

- a.() 5 dias.
- b.() 8 dias.
- c.() 9 dias.
- d.() 10 dias.

19. A função $f(x) = \frac{x^2-4}{x^2-9}$ representa, em um modelo de negócios, o lucro por unidade vendida de um produto em relação a um fator de custo x . A única restrição para o valor de x é que o denominador da função não seja nulo. O domínio desta função, em que x é um número real, é o conjunto de todos os números reais, exceto os valores:

- a.() 3 e -3.
- b.() 2, -2, 3 e -3.
- c.() 2 e -2.
- d.() 4 e -4.

20. Um capital foi aplicado a juros compostos, com uma taxa de 20% ao ano, durante 3 anos. Se o montante acumulado ao final do período foi de R\$8.640,00, o valor do capital inicial aplicado era de:

- a.() R\$4.500,00.
- b.() R\$5.000,00.
- c.() R\$5.500,00.
- d.() R\$6.000,00.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

21. A Nova Lei de Licitações e Contratos, Lei nº 14.133/2021, que estabelece normas gerais de licitação e contratação para as Administrações Públicas diretas, autárquicas e fundacionais da União, Estados, Distrito Federal e Municípios, está em vigor desde 1º de abril de 2021, data de sua publicação. A Lei nº 14.133/2021 prevê a possibilidade de utilização da contratação integrada. No entanto, existem restrições para a adoção dessa modalidade. Qual das seguintes afirmações está correta sobre a contratação integrada?

- a.() É permitida apenas para obras e serviços de engenharia quando a elaboração do projeto básico não é tecnicamente viável ou vantajosa.
- b.() É aplicável exclusivamente a contratações de bens de consumo com especificações técnicas padronizadas.
- c.() Pode ser utilizada somente para serviços de manutenção de equipamentos com valor estimado inferior a R\$ 100 milhões.
- d.() É restrita a contratações de serviços de consultoria de natureza predominantemente intelectual.

22. Imagine uma economia emergente como a brasileira nos anos 2000, onde o governo implementa políticas de redistribuição de renda via programas sociais, como o Bolsa Família, resultando em um aumento no consumo das classes mais baixas. No entanto, isso leva a uma inflação moderada devido ao desequilíbrio entre oferta e demanda agregada. Considerando o que esse cenário ilustra, o conceito fundamental de escassez e escolha, onde recursos limitados forçam decisões que afetam o bem-estar econômico, qual é o princípio econômico básico que melhor explica por que o aumento no consumo pode gerar inflação, considerando a alocação ineficiente de recursos produtivos?

- a.() Lei da oferta e da demanda, onde o excesso de demanda pressiona os preços para cima sem aumento proporcional na produção.
- b.() Princípio da utilidade marginal decrescente, que reduz o consumo total ao longo do tempo.
- c.() Conceito de externalidades positivas, que beneficiam terceiros sem custo adicional.
- d.() Teoria da vantagem comparativa, que favorece a especialização em bens de baixo custo.

23. A Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), regulamentada pela Lei Complementar nº 101/2000, estabeleceu limites para diversos aspectos financeiros, como dívida consolidada, garantias, operações de crédito, restos a pagar e despesas de pessoal, em todas as esferas da Federação. Essas medidas têm o objetivo de promover o equilíbrio das finanças públicas e instituir mecanismos de transparência na gestão fiscal. Compete à Secretaria do Tesouro Nacional (STN), por meio da publicação anual do Balanço do Setor Público Nacional (BSPN), reunir as contas da União, estados, Distrito Federal e municípios. Para isso, a LRF exige a realização de:

- a.() Aprovação e execução do orçamento.
- b.() Consolidação nacional das contas públicas.
- c.() Realização de auditorias externas independentes.
- d.() Elaboração de um plano de contas com abrangência nacional.

24. Conforme o Artigo 40 da Lei Orçamentária, é estabelecido que os créditos adicionais são permissões para gastos não determinados na Lei Orçamentária ou que foram estabelecidos em valor insuficiente. Eles se dividem em:

- I - Implementares, que são destinados a gastos para lidar com passivos contingentes e outros riscos, bem como eventos fiscais não previstos;
- II - Suplementares, que são destinados ao reforço de uma dotação orçamentária;
- III - Especiais, que são destinados a gastos para os quais não existe uma dotação orçamentária específica;
- IV - Extraordinários, que são destinados a gastos urgentes e não previstos, em situações de guerra, agitação interna ou calamidade pública.

Qual das seguintes afirmações está correta?

- a.() Apenas I, II, III e IV.
- b.() Apenas I, III e IV
- c.() Apenas II e III.
- d.() Apenas II, III e IV.

25. Suponha que, durante uma crise global similar à de 2008, o Brasil adote medidas expansionistas, como redução de juros pelo Banco Central e aumento de gastos públicos em infraestrutura, visando estimular o PIB. Como contador, você observa que isso pode elevar o déficit fiscal, impactando a dívida pública e a inflação a longo prazo, conforme modelos keynesianos adaptados à realidade brasileira. Nesse cenário macroeconômico, qual seria o efeito principal da política fiscal expansionista no equilíbrio de pleno emprego, assumindo uma curva de oferta agregada inelástica no curto prazo?

- a. () Redução no desemprego cíclico, mas com contração no investimento privado devido ao crowding out.
- b. () Aumento no nível de preços e no produto real, com risco de superaquecimento econômico.
- c. () Estabilização da taxa de câmbio nominal, sem impacto na balança comercial.
- d. () Diminuição da poupança nacional, favorecendo o consumo importado.

26. A Lei nº 4.320/1964, que rege a execução da despesa orçamentária pública no Brasil, define três estágios distintos: empenho, liquidação e pagamento. Dentre as alternativas apresentadas abaixo, a única afirmação INCORRETA sobre a liquidação é:

- a. () A liquidação pode ser efetuada antes do empenho, desde que haja disponibilidade orçamentária e financeira.
- b. () A liquidação pode ser definida como a verificação do direito adquirido pelo credor, mediante a análise da regularidade formal dos documentos comprobatórios da despesa.
- c. () A liquidação é um ato vinculado da Administração Pública, que é obrigada a liquidar a despesa se os documentos comprobatórios estiverem regulares.
- d. () A liquidação é um ato complexo, que se subdivide em duas fases distintas: a verificação do direito do credor e a expedição do título de pagamento.

27. A Lei nº 4.320, de 23 de dezembro de 1964, estabelece em seu artigo 36 que Restos a Pagar são as despesas empenhadas, mas não quitadas até o dia 31 de dezembro, diferenciando as processadas das não processadas. Com base nisso, avalie as seguintes afirmações sobre restos a pagar, levando em consideração a data de encerramento do exercício financeiro:

- I. Restos a Pagar Não Processados são as despesas que foram empenhadas no exercício, mas não liquidadas.
- II. Restos a Pagar Processados, uma vez inscritos, não podem ser cancelados.
- III. Restos a Pagar Processados são as despesas que foram empenhadas e liquidadas no exercício.

Assinale a alternativa correta:

- a. () Somente a afirmação II está correta.
- b. () Somente a afirmação III está correta.
- c. () As afirmações I e III estão corretas.
- d. () As afirmações I, II e III estão corretas.

28. O patrimônio líquido é como a alma da empresa, revelando sua riqueza e saúde financeira. Ele é formado por três elementos:

- Capital Social: Recursos aportados pelos proprietários;
- Reservas: Lucros retidos para financiar o crescimento da empresa;
- Resultados Acumulados: Lucros ou prejuízos acumulados ao longo da vida da empresa.

Considerando as informações apresentadas e as transações e eventos que afetam o patrimônio líquido da empresa, qual das alternativas a seguir apresenta a classificação CORRETA das variações patrimoniais, com seus respectivos exemplos e impactos no resultado do exercício?

- a. () As variações patrimoniais podem ser originadas ou derivadas. As originadas são decorrentes de transações com terceiros, como a compra de um veículo, e impactam o resultado do exercício. As derivadas são decorrentes de transações internas, como a depreciação do veículo, e não impactam o resultado do exercício.
- b. () As variações patrimoniais podem ser positivas ou negativas. As positivas aumentam o patrimônio líquido, como a compra de um veículo, e as negativas diminuem o patrimônio líquido, como a venda do veículo.
- c. () As variações patrimoniais podem ser permutativas ou mutativas. As permutativas não afetam o patrimônio líquido, como a troca de um veículo por outro, e as mutativas afetam o patrimônio líquido, como a compra de um veículo.
- d. () As variações patrimoniais podem ser quantitativas ou qualitativas. As quantitativas alteram o valor dos elementos patrimoniais, como a compra de um veículo, e as qualitativas alteram a natureza dos elementos patrimoniais, como a transformação de matéria-prima em produto acabado.

29. Considere uma empresa brasileira de agronegócio, como uma produtora de soja no Mato Grosso, enfrentando concorrência perfeita no mercado global. Com o aumento nos custos de insumos devido a variações cambiais, a firma decide reduzir a produção para maximizar lucros. Como contador, aplique conceitos microeconômicos para avaliar que, em equilíbrio de longo prazo, o preço iguale o custo marginal mínimo. No mercado de concorrência perfeita descrito, qual é a condição microeconômica que determina o ponto de shutdown para a firma no curto prazo, quando os custos variáveis superam as receitas?

- a. () Quando o custo fixo total excede a receita marginal, ignorando os custos variáveis.

- b. () Quando o preço de mercado é inferior ao custo variável médio mínimo, levando à suspensão temporária da produção.
- c. () Quando a elasticidade-preço da demanda é unitária, equilibrando oferta e demanda.
- d. () Quando o lucro econômico é zero, mas o lucro contábil permanece positivo.
- 30.** Durante o exercício financeiro de uma autarquia federal, o contador identificou a necessidade de classificar determinada receita pública segundo sua natureza. Considerando as normas de contabilidade aplicadas ao setor público, dentre as alternativas abaixo, estabeleça a classificação correta para uma receita oriunda de operação de crédito por antecipação de receita orçamentária (ARO):
- a. () Receita de capital derivada de operações intraorçamentárias.
- b. () Receita extraorçamentária de natureza transitória.
- c. () Receita corrente de natureza patrimonial.
- d. () Receita corrente de natureza tributária.
- 31.** Em relação aos estágios da despesa pública, o contador de determinado órgão público identificou irregularidades no processo de liquidação. Estabeleça a sequência correta de verificações necessárias para a regular liquidação da despesa, conforme a Lei 4.320/64:
- a. () Verificação da origem e do objeto do que se deve pagar, a importância exata a pagar e a quem se deve pagar.
- b. () Análise apenas do empenho prévio e da autorização do ordenador de despesas.
- c. () Verificação exclusiva dos valores contábeis e disponibilidade orçamentária.
- d. () Constatação apenas da entrega do material ou serviço, independentemente de documentação comprobatória.
- 32.** Em um município brasileiro, durante a execução do orçamento público de 2025, a Secretaria de Educação enfrenta dificuldades financeiras devido a uma queda inesperada na arrecadação do ICMS, principal fonte de receita estadual transferida. O contador municipal, analisou que, conforme a Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) e a legislação orçamentária brasileira, certas variações na execução orçamentária podem ocorrer independentemente da vontade do gestor, exigindo ajustes legais para manter o equilíbrio fiscal.
- No contexto da execução orçamentária pública brasileira, qual das alternativas a seguir representa uma variação independente da vontade do gestor, conforme disposto na Lei Complementar nº 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal)?
- a. () Redução de despesas com pessoal devido a uma decisão judicial que suspende a nomeação de novos servidores.
- b. () Aumento de despesas correntes em saúde devido à aprovação de um novo plano de cargos e salários pela Câmara Municipal.
- c. () Reprogramação de investimentos em infraestrutura por iniciativa do prefeito para atender a demandas eleitorais.
- d. () Contratação emergencial de serviços de limpeza urbana sem licitação, justificada por conveniência administrativa.
- 33.** Suponha que em um município brasileiro, em seu planejamento orçamentário para o exercício de 2024, orçou uma receita total de R\$ 500 milhões, sendo R\$ 300 milhões de receitas tributárias (IPTU, ISS, etc.) e R\$ 200 milhões de transferências intergovernamentais (FPM, ICMS). Ao final do exercício, a arrecadação efetiva foi de R\$ 450 milhões, com R\$ 270 milhões de receitas tributárias e R\$ 180 milhões de transferências. A execução orçamentária serve para verificar o desempenho da arrecadação em relação ao orçado, considerando as normas da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) e o impacto na gestão pública.
- Com base no caso descrito, qual é a análise correta do comparativo entre a receita orçada e a arrecadada, considerando os percentuais de realização e possíveis implicações para a gestão fiscal municipal?
- a. () A receita tributária arrecadada (R\$ 270 milhões) foi inferior à orçada (R\$ 300 milhões) em 20%, violando a Lei de Responsabilidade Fiscal, que exige equilíbrio total entre orçado e arrecadado.
- b. () A arrecadação de transferências intergovernamentais (R\$ 180 milhões) superou a orçada (R\$ 200 milhões), indicando dependência excessiva de recursos externos.
- c. () A receita total arrecadada superou a orçada em 10% (R\$ 550 milhões de R\$ 500 milhões), demonstrando eficiência na gestão fiscal e superávit orçamentário.
- d. () A receita total arrecadada atingiu 90% da orçada (R\$ 450 milhões de R\$ 500 milhões), indicando execução satisfatória, mas a menor arrecadação tributária (90% do previsto) sugere necessidade de revisão das projeções de IPTU e ISS para evitar déficits futuros.
- 34.** De acordo com as Instruções nº 1/2024 do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo (TCE-SP) e o sistema AudeSP, qual é a obrigatoriedade correta relacionada ao envio de

informações sobre atos de pessoal pelas unidades gestoras municipais ao TCE-SP?

- a. () As informações sobre atos de pessoal devem ser enviadas trimestralmente ao TCE-SP, utilizando o sistema SISCOE, e não o Audep, conforme Instruções nº 1/2020.
- b. () O sistema Audep não contempla o envio de informações sobre atos de pessoal, sendo utilizado exclusivamente para a gestão de licitações e contratos.
- c. () As unidades gestoras devem enviar, por meio do sistema Audep, os dados referentes a atos de pessoal (admissões, demissões e aposentadorias) até o dia 31 de janeiro do exercício seguinte, acompanhados do Termo de Ciência e de Notificação (Anexo AP-01), conforme Instruções nº 1/2024.
- d. () As unidades gestoras são obrigadas a enviar apenas informações sobre concursos públicos realizados no exercício, sem necessidade de incluir dados de aposentadorias, até o dia 15 de março do exercício seguinte.

35. No âmbito da administração pública brasileira, o Programa de Trabalho de Governo (PTG), também conhecido como demonstrativo de funções, é um instrumento essencial para a elaboração do orçamento público, conforme previsto na Lei nº 4.320/1964 e nas diretrizes da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO). Ele organiza as ações governamentais em funções, subfunções, programas e atividades, refletindo as prioridades de alocação de recursos para atender às demandas da sociedade. A classificação funcional, conforme o Manual Técnico de Orçamento (MTO), é estruturada em níveis hierárquicos que detalham as finalidades das despesas públicas, sendo a função o nível mais agregado, representando grandes áreas de atuação do governo, como saúde, educação e segurança pública. A correta compreensão e aplicação dessas categorias são fundamentais para a transparência e a eficiência na gestão dos recursos públicos.

Sobre o Programa de Trabalho de Governo (demonstrativo de funções) no contexto do orçamento público brasileiro, assinale a alternativa correta:

- a. () A função orçamentária é o nível mais detalhado da classificação funcional, especificando as ações concretas a serem executadas pelos órgãos públicos, como a construção de uma escola ou a aquisição de equipamentos hospitalares.
- b. () As funções orçamentárias, como saúde, educação e segurança pública, representam o nível mais agregado da classificação funcional, sendo desdobradas em subfunções para maior detalhamento das ações governamentais.

- c. () O demonstrativo de funções classifica as despesas públicas exclusivamente com base nos objetivos estratégicos do governo, sem considerar a vinculação a órgãos ou unidades orçamentárias específicas.
- d. () A classificação funcional no PTG é composta por funções e subfunções, sendo a subfunção o nível mais agregado, que define grandes áreas de atuação do governo, como saúde ou educação.

36. Na administração pública brasileira, o controle dos bens patrimoniais é fundamental para a gestão eficiente e transparente dos recursos, conforme a Lei nº 4.320/1964 e o Decreto nº 93.872/1986. Esses bens, como móveis, imóveis e equipamentos, devem ser registrados, tombados, inventariados e avaliados regularmente. As normas da Secretaria do Patrimônio da União (SPU) e do Tribunal de Contas da União (TCU) exigem inventários periódicos e registros atualizados para garantir a legalidade, eficiência e transparência.

Com relação ao controle dos bens patrimoniais na administração pública brasileira, qual das alternativas abaixo está correta?

- a. () O inventário patrimonial periódico é obrigatório, verificando existência, localização e estado dos bens, com registro e conciliação contábil.
- b. () O tombamento é opcional e aplica-se apenas a bens de alto valor, como imóveis, excluindo bens móveis de pequeno valor.
- c. () A depreciação dos bens deve ser registrada anualmente na contabilidade, mas não é obrigatória no inventário físico periódico.
- d. () O controle patrimonial é feito exclusivamente por auditorias externas do TCU, sem sistemas internos de gestão.

37. O Regime Geral de Previdência Social (RGPS) no Brasil, regulado pela Constituição Federal de 1988, pela Lei nº 8.212/1991 e pela Lei nº 8.213/1991, é o sistema previdenciário que abrange os trabalhadores do setor privado e alguns do setor público não vinculados a regimes próprios. Gerido pelo Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), o RGPS financia benefícios como aposentadorias, pensões e auxílios, com base no princípio da solidariedade e no modelo de repartição simples. Suas regras sofreram alterações significativas com a Emenda Constitucional nº 103/2019 (Reforma da Previdência), que introduziu mudanças nos requisitos para aposentadoria, como idade mínima e tempo de contribuição.

Considerando o Regime Geral de Previdência Social (RGPS) no Brasil, é correto o que se afirma em:

- a. () O RGPS abrange exclusivamente os servidores públicos estatutários, sendo os trabalhadores do setor privado cobertos por regimes próprios de previdência social.
- b. () O RGPS é financiado por contribuições de empregados, empregadores e governo, funcionando no modelo de repartição simples, onde as contribuições atuais custeiam os benefícios dos aposentados.
- c. () A emenda Constitucional nº 103/2019 estabeleceu que a aposentadoria por idade no RGPS exige 65 anos para homens e 62 anos para mulheres, com tempo mínimo de contribuição de 15 anos para ambos, independentemente do período de transição.
- d. () O RGPS opera no modelo de capitalização individual, no qual as contribuições dos segurados são investidas em contas pessoais para financiar seus próprios benefícios.

38. A Lei nº 4.320/1964 estabelece diretrizes gerais de direito financeiro para a formulação e fiscalização dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal, conforme previsto no artigo 5º, inciso XV, alínea b, da Constituição Federal. Com base nos conceitos de Balanços estabelecidos pela Lei nº 4.320/1964, associe os itens da Coluna I aos da Coluna II:

Coluna I:

- 1. Balanço Orçamentário
- 2. Balanço Financeiro
- 3. Contas de Compensação
- 4. Demonstração das Variações Patrimoniais

Coluna II:

() Apresentará as receitas e despesas orçamentárias, assim como os ingressos e pagamentos de natureza extraorçamentária, combinados com os saldos em espécie do exercício anterior e os que serão transferidos para o exercício seguinte.

() Exibirá as receitas e despesas previstas em comparação com as efetivamente realizadas.

() Registrarão os bens, valores, obrigações e situações não abrangidas nos itens anteriores, que possam, direta ou indiretamente, impactar o patrimônio.

() Mostrará as mudanças ocorridas no patrimônio, decorrentes ou não da execução orçamentária, e indicará o resultado patrimonial do exercício.

Assinale a alternativa que indica a sequência correta.

- a. () 3 – 4 – 1 – 2.
- b. () 4 – 2 – 1 – 3.
- c. () 2 – 1 – 3 – 4.
- d. () 3 – 1 – 2 – 4.

39. As Demonstrações Contábeis do Setor Público (DCSP) são fundamentais para a gestão pública, fornecendo dados indispensáveis para a administração, a fiscalização social e o processo decisório, uma vez que abrangem todos os eventos contábeis e atos relevantes para a administração pública. Seus principais objetivos incluem:

- I - Atender plenamente à legislação em vigor;
- II - Auxiliar na elaboração e apresentação das contas públicas;
- III - Contribuir para as decisões administrativas;
- IV - Opor-se aos mecanismos de transparência da gestão fiscal;
- V - Desconsiderar os instrumentos de controle social;
- VI - Adotar o regime de caixa, no qual as transações e eventos são registrados no momento em que ocorrem.

Considerando as afirmações acima, estão corretas apenas:

- a. () I, II e III.
- b. () II, IV e VI.
- c. () I, III e VI.
- d. () II, IV e V.

40. O processo de planejamento e execução das finanças públicas da União é regido por três importantes instrumentos: o Plano Plurianual (PPA), a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e a Lei Orçamentária Anual (LOA). Esta última, objeto da questão, é uma lei de periodicidade anual que estabelece os orçamentos da União para cada exercício financeiro. Nesse contexto, considerando as atribuições e o papel da Lei Orçamentária Anual (LOA) no ciclo orçamentário federal, assinale a alternativa que descreve corretamente suas características:

- a. () Estabelece os Orçamentos da União, por intermédio dos quais são fixadas as receitas e estimadas as despesas do governo federal. Na sua elaboração, cabe ao Congresso Nacional avaliar e ajustar a proposta do Poder Executivo, assim como faz com a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e o Plano Plurianual (PPA).
- b. () Estabelece os Orçamentos da União, por intermédio dos quais são estimadas as receitas e fixadas as despesas do governo federal. Na sua elaboração, cabe ao Congresso Nacional avaliar e ajustar a proposta do Poder Executivo, assim como faz com a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e o Plano Plurianual (PPA).
- c. () Estabelece os Orçamentos da União, por intermédio dos quais são estimadas as receitas e fixadas as despesas do governo federal.

Na sua elaboração, cabe ao Congresso Nacional avaliar e ajustar a proposta do Poder Legislativo, assim como faz com a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e o Plano Plurianual (PPA).

- d. () Estabelece os Orçamentos da União, por intermédio dos quais são fixadas as receitas e estimadas as despesas do governo federal. Na sua elaboração, cabe ao Congresso Nacional avaliar e ajustar a proposta do Poder Legislativo, assim como faz com a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e o Plano Plurianual (PPA).

